

A Dissuasão Nuclear: Uma Oportunidade para o Presidente Obama Liderar pelo Exemplo

CAPITÃO-DE-GRUPO TIM D. Q. BELOW, ROYAL AIR FORCE



OS ESTADOS UNIDOS, tal como a Rússia, já reduziram significativamente [o número de] armas nucleares desde o final da Guerra Fria. Atualmente estão a caminho para atingir os níveis acordados [o que deve acontecer] até 2012. De acordo com as cláusulas do Tratado de Moscou, muitos alegam que o ambiente de segurança contemporâneo justifica ainda maiores cortes.¹ A Revisão da Postura Nuclear [*Nuclear Posture Review*] de 2002 reconheceu formalmente o término de relação adversária com a Rússia e estabeleceu a distância de uma abordagem “baseada em ameaça” estilo Guerra Fria, passando a adotar aquela “baseada em capacidade”. Isso proporcionaria “dissuasão crível com um mínimo de armas nucleares, consistente com a segurança dos Estados Unidos e aliados” e a mais ampla gama possível de opções para reagir a qualquer risco à segurança.² A abordagem baseada em capacidade estabeleceu “Nova Tríade”, composta de sistemas ofensivos de ataque nuclear e não-nuclear, defesas ativas e passivas e “infraestrutura nuclear de prontidão”.³ O Presidente Barack Obama fez um discurso inédito sobre armas nucleares no dia 5 de abril de 2009, em Praga, República Tcheca, afirmando o compromisso dos Estados Unidos para com o objetivo de “paz e segurança em um mundo sem armas nucleares.”⁴ Dentro de ambiente estratégico, este artigo considera ameaças nucleares diretas e indiretas contra os Estados Unidos e avalia o relativo mérito de retenção da força nuclear norte-americana existente, desarmamento nuclear completo, ou execução de *desnuclearização* unilateral ao patamar mínimo de dissuasão.⁵ Este trabalho conclui que os Estados Unidos, de maneira objetiva, devem reduzir ao mínimo pre-determinado, exigido para

verdadeiro efeito de dissuasão, comprometer-se a não ser o primeiro país a usar armas nucleares e articular, de forma inequívoca, o porquê dessa decisão.

As Ameaças Nucleares em Ambiente Contemporâneo Global

As ameaças diretas à segurança dos Estados Unidos derivam da proliferação de armas nucleares, riscos de acidentes e uso não autorizado ou inadvertido das mesmas, bem como terrorismo nuclear. Roger Molander, da Empresa RAND, afirma que “em futuro próximo, grande número de países produzirá pequeno número de armas nucleares”.⁶ A União de Cientistas Interessados [*Union of Concerned Scientists*] considera esse o maior perigo, a longo prazo, que os Estados Unidos e a segurança internacional enfrentam.⁷ Além disso, em teoria, quanto mais ampla a proliferação de armas nucleares, maior a oportunidade de roubo de material nuclear. Além disso, uma minoria de defensores alega que maior proliferação levaria a maior estabilidade e que a existência de armas nucleares torna possível a abordagem de “dissuasão defensiva ideal,” reduzindo a probabilidade de estourar *qualquer* guerra.⁸ Essa minoria, no entanto, não pode excluir o fato de que com o maior número de nações nucleares mais aumenta a chance de explosão acidental e lançamento não autorizado ou inadvertido.

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América [*The National Security Strategy of the United States of America*] de 2002 declara que “o perigo mais sério que a nação enfrenta encontra-se na encruzilhada entre o radicalismo e a tecnologia”.⁹ Da mesma forma, a estratégia de segurança nacional de 2006 é inequívoca em sua avaliação de que após o 11/9 “existem poucas ameaças piores do que ataque terrorista com armas de destruição em massa.”¹⁰ Apesar de programas como a *Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação* [*Proliferation Security Initiative*], centenas de armas completas e ainda maior número de componentes de armas críticas estão sendo

armazenados em condições passíveis de roubo por fascínoras determinados. Esse estado precário de segurança nuclear não passou despercebido pela fraternidade criminosa.¹¹ No entanto, Hans Kristensen, da Federação de Cientistas Americanos [*Federation of American Scientists*], considera a ameaça de terrorismo nuclear “bastante hipotética” e algo que certamente não justifica a reação com “arma nuclear ativa”.¹²

Note-se que nenhuma das ameaças diretas resulta da utilização de armas nucleares por nações protagonistas. No entanto, apresentam ameaças indiretas aos Estados Unidos, devido a possibilidade de inibir a influência norte-americana e sua contribuição à instabilidade regional.

Embora a China há tempos venha declarando sua postura de “Renúncia ao Primeiro Uso”, sua estratégia nuclear torna-se cada vez mais diferenciada.¹³ Apesar da dissuasão mínima continuar a governar a estratégia daquele país, com a deterioração da capacidade nuclear da Rússia durante período de domínio dos Estados Unidos, pode ser que os chineses encarregados de diretrizes voltem-se a nova força nuclear, a fim de impedir que os Estados Unidos estabeleçam perpétua supremacia militar.¹⁴ Porém, a maior ameaça visível é a força defensiva regional chinesa, impulsionada especialmente pelas mudanças na Ásia Meridional.¹⁵ Aqui, ela poderia empregar uma estratégia paralela, de duas etapas, com mísseis de curto alcance, “úteis para a coerção política e, se necessário, para derrotar as forças militares taiwanesas, enquanto mísseis de longo alcance controlariam a reação norte-americana”.¹⁶

A Coreia do Norte e o Irã são os únicos países identificados na estratégia de segurança nacional de 2002 que apresentam sério desafio à segurança dos Estados Unidos.¹⁷ Ao que tudo indica, a Coreia do Norte produziu material físsil para armamento e continuou o programa de desenvolvimento de mísseis com o lançamento do *Taepodong 2* no dia 5 de abril de 2009. Em postura que lembra as superpotências da Guerra Fria, a maioria dos analistas acredita que o regime norte-coreano vê as armas nucleares como meio de manter o *status quo*, evitando o colapso de seu regime totalitá-

rio e mantendo os inimigos à distância.¹⁸ Precisamente, pode ser que o objetivo da capacidade nuclear norte-coreana exista apenas para evitar a intervenção norte-americana em conflito regional.¹⁹

Como potência nuclear de fato, a Índia oferece três justificativas para armas nucleares.²⁰ Em primeiro lugar, vários líderes daquele país julgam que “a Índia é grande nação e deve possuir o armamento de grandes potências.”²¹ Em segundo lugar, a Índia não percebe as garantias de segurança positiva dos Estados Com Armas Nucleares [*Nuclear-Weapon States-NWS*] como o índice adequado de segurança que tomaria o lugar de armamento nuclear a que os Estados Sem Armas Nucleares [*Non-Nuclear-Weapon States-NNWS*] tiveram de renunciar, de acordo com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares [*Treaty on Non-Proliferation of Nuclear Weapons-NPT*].²² Em terceiro lugar, a Índia percebe que a China é grande ameaça. Infelizmente, as diretrizes da Índia geram conflito regional, dando impulso à estratégia nuclear do Paquistão, cuja única razão de ser é dissuadir qualquer possível agressão indiana.²³

A postura oficial de Israel é de calculada ambiguidade nuclear. Como única potência nuclear presumida da região, Israel mantém a “diretriz declarada de que não será o primeiro a introduzir armas nucleares no Oriente Médio.”²⁴ Enquanto isso, o Irã leva a cabo programas que talvez permitam o desenvolvimento de armas nucleares dentro de alguns anos, o que causaria grande falta de estabilidade à região. O “efeito” de um Irã nuclear seria uma série de ameaças regionais e ainda o incentivo e apoio ao terrorismo e ativismo xiitas.²⁵

Muitas vezes classificada de “antiga-ameaça”, a Rússia de hoje não representa o risco real de ataque nuclear premeditado.²⁶ No entanto, dos cinco NWS, a Rússia é a única, além dos Estados Unidos, com arsenal de armas nucleares de quatro dígitos. Além disso, a Revisão da Postura Nuclear [*Nuclear Posture Review*] de 2002 mais uma vez descreve a Rússia como possível ameaça e futura rival.²⁷ As outras duas potências nucleares – Reino Unido e França – oferecem pouca ameaça à segurança global e a dos Estados Unidos. A justificativa para essas forças foi bem expressa em discurso

proferido pelo presidente francês Jacques Chirac, em 2006: “Em virtude da preocupação atual e futura incerteza, a dissuasão nuclear continua a ser a garantia fundamental de nossa segurança. Não importa de onde surge a pressão, também oferece a capacidade de manter a liberdade de ação, de controlar as diretrizes [e] garantir a durabilidade de nossos princípios democráticos.”²⁸

A Manutenção do Status Quo das Armas Nucleares Norteamericanas

O Subsecretário de Defesa Keith Payne justificou o número de ogivas previsto no Tratado de Moscou apenas em termos utilizados na Revisão da Postura Nuclear de 2002: garantia, persuasão, intimidação e proteção.²⁹ Quando entrevistado em 2002, John Bolton, Subsecretário de Estado encarregado do controle de armas e segurança internacional, explicou o motivo simplesmente como: “Incerteza. A incerteza do mundo. A incerteza da situação geoestratégica que poderemos enfrentar, devido a ameaças que não podemos prever”.³⁰ Com exceção de dissuasão, todos esses conceitos datam da Guerra Fria. No entanto, são usados aqui para avaliar os benefícios, custos e riscos de manter o *status quo* das armas nucleares dos Estados Unidos em ambiente de segurança moderno.

Em apresentação conjunta ao Congresso em 2007, o Secretário de Defesa, Robert Gates, o Secretário de Energia, Samuel Bodman, e a Secretária de Estado Condoleezza Rice reafirmaram a contínua intenção dos Estados Unidos de “assegurar aos aliados que o arsenal nuclear norte-americano continua sendo o melhor avalista de sua segurança, evitando assim qualquer necessidade do desenvolvimento de armas nucleares próprias.”³¹ Além disso, afirmaram que o número de ogivas ordenado pelo Tratado de Reduções de Ofensivas Estratégicas [*Strategic Offensive Reductions Treaty-SORT*] era o necessário e suficiente para “demonstrar aos aliados e adversários que os Estados Unidos contam com os meios necessários e prerrogativa política para reagir

de forma decisiva à agressão e ao uso de armas de destruição em massa”.³² Essa é uma consideração importante para limitar a proliferação entre os aliados, uma vez que nações como o Japão, a Coreia do Sul e, em particular, o Taiwan, são países interessados que poderiam sair em busca de programas nucleares próprios, caso percebam qualquer incerteza de parte da cobertura americana.³³

As armas nucleares são particularmente eficazes em dissuasão porque são extremamente destrutivas e podem ser empregadas em retaliação imediata. Com efeito, a dissuasão nuclear seria eficaz contra um adversário irracional, quando tais armas ameacem sua própria existência.³⁴ É importante manter o patamar nuclear elevado para conservar a credibilidade. As administrações recentes consideraram que certo grau de ambiguidade estratégica também é útil em difundir a eficácia da dissuasão nuclear.

Ao levar em consideração que a Rússia é possível contingência no desenvolvimento da Revisão da Postura Nuclear de 2002, os Estados Unidos elevaram o arsenal de força de reação para qualquer possível mudança futura no direcionamento de diretrizes russas ou em caso de degeneração de relações bilaterais.³⁵ É sensato, porque existe mérito em seguir caminho prudente e conservador para as futuras forças nucleares, dada a rapidez de mudança em situações geopolíticas.³⁶ A manutenção de postura de reserva suficiente para impedir uma Rússia uma vez mais em ascendência também possui o benefício automático de evitar ameaças nacionais e regionais incertas, tais como a de uma China na mesma posição.³⁷

Os custos e riscos em manter os níveis atuais de força incluem a falta de transparência nos atuais tratados de controle de armas nucleares, a erosão da credibilidade nuclear, os riscos de proliferação provenientes da retenção do arsenal atual, o risco de utilização não autorizada ou acidental e as questões orçamentárias. Um aspecto incomum do Tratado de Moscou é o fato de que, por insistência dos Estados Unidos, não inclui as medidas de verificação, como também não exige a destruição de ogivas. Por outro lado, o tratado permite

sua retenção, contanto que não sejam destacadas a teatros de operações. Apesar das relações atuais relativamente cordiais entre a Rússia e os Estados Unidos, sem dúvida a incerteza que isso gera, influencia as condições de planejamento estratégico e pode ser usada como justificativa para a acumulação de novas ogivas não-operacionais, formando um ciclo de incerteza e desconfiança em espiral.³⁸

A Força Tarefa do Conselho Científico da Defesa [*Defense Science Board Task Force*] não cessa de questionar a credibilidade da dissuasão nuclear norte-americana de efetivamente ameaçar e destruir uma série de alvos críticos.³⁹ A importância da dissuasão, em termos simples, é a função de capacidade e determinação.⁴⁰ Já consideramos a capacidade na Revisão da Postura Nuclear de 2002. A questão é a determinação. Em 1994, Paul Nitze afirmou que as autoridades competentes norte-americanas provavelmente não estão dispostas a usar armas nucleares em retaliação.⁴¹ O antigo-Secretário de Defesa Robert McNamara foi além, alegando que o uso de armas nucleares contra nação não-nuclear seria “militarmente desnecessário, moralmente repugnante e politicamente indefensível.”⁴² Essas considerações históricas, militares, morais e políticas combinam-se para automaticamente impedir que qualquer nação, incluindo os Estados Unidos, utilize armas nucleares, enfraquecendo a credibilidade de seu emprego teórico.

McNamara crê que a retenção do arsenal nuclear dos Estados Unidos como um dos pilares do poderio militar envia a mensagem às nações que não possuem armas nucleares de que a América, “com a maior força militar convencional do mundo, [ainda assim] necessita de armas nucleares”, frustrando as tentativas de não-proliferação.⁴³ Além disso, as diretrizes nucleares norte-americanas atuais insinuam a legitimidade das armas nucleares e é de fato considerada “a justificativa mais poderosa imaginável para que outros países adquiram armas nucleares.”⁴⁴ Com efeito, a retenção de armas nucleares pelos Estados Unidos nos níveis atuais, em destacamento avançado e substancial, assegura que a Rússia fará o mesmo, podendo resultar em dilema de segurança e acarretando

o perigo de utilização inapropriada, acidentes ou uso não-autorizado, não mais justificando a necessidade de tal quantidade de armas. No entanto, ninguém está delineando os riscos que justificam a manutenção dessa postura e o referente aceite de tais ameaças.⁴⁵

Uma vez que o emprego nuclear perde a credibilidade, pagar o preço para reter a capacidade é em vão. É melhor abandoná-la, especialmente quando o custo é alto. Referindo-se ao Programa de Administração de Arsenal Nuclear [*Stockpile Stewardship Program*], o Conselho de Assessoria da Secretaria de Energia [*Secretary of Energy's Advisory Board*] concluiu, em 1995, que, hoje em dia, continuar com “o-negócio-de-sempre é financeiramente insustentável”.⁴⁶ Nesse meio tempo, em termos de custo financeiro, bem como de viabilidade técnica, até mesmo o Estudo de Revisão Nuclear de 2002 admite que recondicionar as ogivas existentes nas próximas duas décadas, será um “problema enorme.”⁴⁷

Em suma, os benefícios da manutenção do *status quo* (convencer os aliados, dissuadir e intimidar adversários, proteger contra a incerteza) existem em conflito com os riscos opostos de proliferação, uso inadvertido ou não-autorizado, erosão de credibilidade e da comprovação da obscuridade inerente ao Tratado de Moscou. Além disso, qualquer que seja o lucro ou despesa, o custo de manutenção do arsenal é grande, enquanto sua modernização continua sem financiamento.

A Total Desnuclearização dos Estados Unidos

O Relatório da Força-Tarefa do Conselho Científico da Defesa da Capacidade Nuclear de 2006 [*Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Capabilities*] concluiu que, na era pós-Guerra Fria, não existe consenso nacional viável referente à necessidade e à função de armas nucleares na segurança norteamericana.⁴⁸ Entretanto, o Presidente Obama reiterou que os Estados Unidos não levarão a cabo um desarmamento unilateral.⁴⁹ Assim, a total *desnuclearização* é considerada em contexto *omnilateral* e, de acordo com Frank Mil-

ler, Diretor sênior de diretrizes de defesa e controle de armas do Conselho de Segurança Nacional do Presidente George W. Bush, “a abolição definitiva de armas nucleares só pode ser alcançada de forma responsável em condições mundiais muito remotas das de hoje.”⁵⁰ Contudo, ao postular um mundo remoto, descobre-se que o preço de ambiente tão *desnuclearizado* acarreta riscos marcantes e exige considerável confiança internacional.

Em mundo estável e *desnuclearizado*, todas as categorias de proliferação de ameaça direta, accidental ou não autorizada, utilização inadvertida e terrorismo, bem como ameaças indiretas decorrentes da limitação da influência norteamericana e instabilidade nuclear regional, seriam eliminadas. No entanto, a postura de grande potência *de facto* que a capacidade de armas nucleares atualmente confere aos Estados desapareceria e a eliminação de armas nucleares elevaria os Estados Unidos, com sua atual imensa superioridade econômica e militar, à posição de ser, indiscutivelmente, a única superpotência pós-Guerra Fria. Por esta mesma razão, é improvável que a Rússia ou a China considere o desarmamento nuclear uma alternativa aceitável para o equilíbrio da capacidade nuclear instável de hoje.⁵¹

O General Lee Butler, último comandante do Comando Aéreo Estratégico dos EUA, diz que “um mundo livre da *ameaça* de armas nucleares é necessariamente um mundo *desprovido* de armas nucleares” (ênfase no original).⁵² Em essência, afirma que a eliminação de armas nucleares é a única forma de erradicar sua proliferação. Mas seria possível recolocar o gênio nuclear na lâmpada, uma vez mais? Talvez sim, pois a “*desinvenção*” pode vir a ser eficazmente possível através do desperdício natural de conhecimento humano prático, especialmente se a proibição formal de testes, como o Tratado de Proibição Total de Testes [*Comprehensive Test Ban Treaty*], entrar em vigor.⁵³

Em 1996, a Comissão de Camberra para a Eliminação de Armas Nucleares [*Camberra Commission on the Elimination of Nuclear Weapons*] concluiu que “manter armas nucleares perpetuamente, sem nunca usá-las – acidentalmente ou por decisão – desafia a credibilidade.

A única defesa completa é a eliminação das mesmas e a garantia de que jamais voltarão a ser produzidas.⁵⁴ Ao reconhecermos que os Estados Unidos atualmente desfrutam de posição de domínio convencional, pode-se concluir que enquanto as armas nucleares existirem serão utilizadas contra ou em ameaça à América para a conquista de vantagem assimétrica.⁵⁵ Mikhail Gorbachev, em 2005, concordou, observando que “em última análise, a única maneira de evitar [a ameaça do terrorismo com armas de destruição em massa] é destruir os arsenais de armas . . . nucleares.”⁵⁶

Embora o embaixador Ronald Lehman afirme que um mundo livre de armas nucleares “sem dúvida, utilizará grandes recursos para garantir que continue *desnuclearizado*,” tal preço será menor do que manter ou modernizar uma capacidade nuclear geriátrica.⁵⁷ Além disso, embora o custo de manutenção de arsenais nucleares caiba apenas aos países que os detêm, todas as nações dividiriam o custo em manter o mundo livre de armas nucleares, embora de forma desigual, para o bem comum.

Christopher Ford, o representante americano especialista em não-proliferação nuclear, identificou seis critérios relativos ao necessário ambiente global de segurança que devem ser alcançados e mantidos para liberar o mundo de armas nucleares.⁵⁸

Primeiro, deve haver maior confiança e abrandamento de tensões entre as nações, que lhes permita transcender a dinâmica militar competitiva. Os críticos alegam que tal ambiente de transparência e confiança internacional está muito longe da situação de segurança atual para que se possa atingi-lo. Pode ser que estejam corretos, mas como disse o general Butler: “A eliminação é a única meta defensível, e este objetivo importa, e muito.” Está convencido de que um compromisso claro e inequívoco é essencial para alcançar tal meta.⁵⁹

Segundo, todas as nações devem possuir grande confiança na permanente adesão aos objetivos do Tratado de Não-Proliferação. O paradoxo em proliferação é especialmente grande quando o número de armas nucleares encaminha-se em direção ao zero: para as potências regionais, adversárias ou não, quanto

menor a dependência dos Estados Unidos em armas nucleares, mais atraente sua aquisição.⁶⁰ Essa “artimanha clandestina” é a dificuldade fundamental que enfrentam os defensores da total *desnuclearização*.⁶¹ Além disso, um mundo não-nuclear pode resultar apenas em instabilidade *latente* e corrida rearmamentista se divergências a respeito de algum interesse vital surgirem uma vez mais, apresentando uma série totalmente nova de riscos de segurança imprevisíveis.⁶²

Terceiro, deve haver a mesma fé entre os protagonistas – quer sejam nações ou não – de que a proliferação ilícita foi eliminada para sempre. Isso exigiria inúmeras garantias, juntamente com o mecanismo para impor seu cumprimento. Tal regime é incompatível com a atual redução de armas, fato impossível de comprovar, bem como o desdém para com o sistema de inspeção imposto à força. No entanto, é a comprovação que gera confiança e previsibilidade.⁶³ Além disso, atualmente, um dos maiores obstáculos à proliferação a longo prazo é a dificuldade de identificação positiva de instalações com propósitos militares, devido a dupla utilidade da tecnologia nuclear.⁶⁴

Quarto, considerar a segurança apenas através de pontos de vista convencionais e nucleares é algo imperfeito. Devemos possuir a capacidade de comprovar que todos os tipos de armas de destruição em massa em todo o globo não mais existem. O *Relatório da Força-Tarefa do Conselho Científico da Defesa de Capacidade Nuclear*, de 2006, alega que o fato de um mundo livre de armas nucleares ser mais seguro para os Estados Unidos, porque de outra forma predominariam em ambiente que conta somente com armas convencionais, trata de forma inadequada a variedade de ADMs que agora confrontam o país.⁶⁵ A força-tarefa vê a capacidade nuclear norte-americana como dissuasão necessária contra ameaças químicas e biológicas já proibidas por convenção internacional e rejeitadas, baixo juramento, pelos Estados Unidos.⁶⁶

Quinto, deve-se compreender totalmente os mecanismos de dissuasão para o decorrente ambiente não-nuclear, a fim de evitar o colapso da ordem mundial. Pode-se argumentar que, desde 1945, a ameaça nuclear conseguiu

impedir, com sucesso, uma guerra entre os Estados Unidos e a Rússia e “deve-se proceder com extrema cautela com referência à mudanças radicais em situação estratégica que há décadas, com sucesso, beneficia o mundo.”⁶⁷

Finalmente, devemos colocar em posição os mecanismos, a fim de assegurar que uma volta às armas nucleares, devido a “fuga” ou desenvolvimento clandestino, será combatida com rápida, eficaz e sólida reação não-nuclear. No entanto, os defensores concordam que os dispositivos necessários já existem na garantia de segurança positiva das nações que possuem armas nucleares, descartando como “absurda” a ideia de que um pequeno país possa desenvolver e empregar armas nucleares, já que as grandes potências podem aniquilá-lo com armas convencionais.⁶⁸

Em geral, se as armas nucleares forem eliminadas por completo, as três principais ameaças nucleares que agora existem contra os Estados Unidos desapareceriam automaticamente e aquela nação seria a única e incontesteável potência mundial. Porém, o pré-requisito para a *desnuclearização* global é superar os custos e riscos em confiança internacional, o que, atualmente, continua a ser algo ilusório.

A Desnuclearização dos Estados Unidos a um Patamar Mínimo de Dissuasão

A filosofia nuclear da Guerra Fria centrava-se na certeza da eliminação das forças nucleares soviéticas e sua infraestrutura. O ambiente de ameaça moderno é completamente diferente. A diferença fundamental existe entre as capacidades necessárias para o combate bélico e sua dissuasão.⁶⁹ O papel contemporâneo das armas nucleares norteamericanas é dissuadir a agressão, com a possibilidade de castigar o culpado *somente quando termina a agressão*.⁷⁰ Parece que já ocorreu um câmbio em diretrizes norteamericanas, e “o diálogo estratégico . . . norteamericano não mais está focado na questão de *quantas armas são suficientes?* . . . voltando ao . . . outro lado da questão, *qual seria o menor número suficiente?*” (ênfase no original).⁷¹ Além disso, Harold Brown,

o Secretário de Defesa de 1977 a 1981, alegou que forças puramente de dissuasão e seu tamanho “podem talvez vir a ser substanciais, embora não completamente insensíveis à mudança de postura do adversário.”⁷²

Vários estrategistas nucleares sugerem que a situação de segurança atual demanda grande redução unilateral em número de ogivas nucleares americanas. Alguns propõem que se pode chegar a um número na casa de centenas.⁷³ Devido a incerteza da reação internacional relativa à redução unilateral de armas nucleares norteamericanas, o decréscimo inicial deve ser reversível, permitindo aos Estados Unidos proteção contra a incerteza. Ademais, apesar da possibilidade de redução unilateral para cerca de 1.000 ogivas, uma redução abaixo desse nível, necessitaria a consulta com todas as outras potências nucleares.⁷⁴

A postura de dissuasão mínima gera a sensação de capacidade de reação proporcional mais realista do que a dos arsenais de pós-SORT. Além disso, porque os níveis mínimos de força de dissuasão dão credibilidade ao conceito de que a manutenção de armas nucleares genuinamente destina-se a “último recurso”, essa postura aumenta tal credibilidade, especialmente com o uso de armas de baixa potência.

Embora Kenneth Waltz talvez discorde, John Deutch afirma que qualquer grau de *desnuclearização* possui o efeito benéfico em controle de proliferação.⁷⁵ A União de Cientistas Interessados argumenta que reivindicar o direito de usar armas nucleares como preempção em certas circunstâncias elimina o incentivo para que as nações continuem sendo não-nucleares. Dada a superioridade impressionante e inigualável das forças convencionais norteamericanas, como expresso já em 1993, “não existe caso aparente [convencional] onde os Estados Unidos seriam forçados a optar entre a derrota e a serem os primeiros a usar armas nucleares.”⁷⁶ Na ausência de qualquer necessidade concebível para a primeira utilização de armas nucleares, os Estados Unidos devem adotar a diretriz declarada de que não serão os primeiros a utilizar armas nucleares.

Além disso, a combinação de postura inequívoca de dissuasão mínima e a diretriz declarada de não serem os primeiros, permitiria aos Estados Unidos reduzir ainda mais a postura de alerta nuclear. Isso diminuiria muito a possibilidade de lançamento acidental ou inadvertido, mantendo ainda, o patamar desejado de dissuasão.⁷⁷

O custo de manutenção de arsenal nuclear é notável. As oportunidades em redução de despesas nucleares através de *desnuclearização* a níveis mínimos de dissuasão existem via: redução em volume de ogivas nucleares no arsenal, redução em diversidade de ogivas nucleares, voltar a única opção de lançamento e cessar o alerta de pessoal e sistemas de lançamento.

A redução unilateral do número de ogivas nucleares à posição de dissuasão mínima, juntamente com a volta à opção única de lançamento, chamaria a atenção de nações nucleares e não-nucleares, aumentando a confiança internacional, [tornando possível] o caminho à *desnuclearização* total. A redução da função das armas nucleares em questões internacionais solidificaria ainda mais essa confiança, elevando, perceptivelmente, a reputação dos Estados Unidos na comunidade internacional.⁷⁸

A postura nuclear dos Estados Unidos e da Rússia afeta indiretamente a estratégia nuclear de todas as outras nações, através de “acoplamento descontraído”.⁷⁹ Além de benefícios diretos, chamando a atenção dos países não-nucleares e aumentando a confiança internacional, o desarmamento unilateral teria efeitos colaterais, preparando o terreno para a gestão segura do paradoxo de proliferação, à medida que a redução em número de armas nucleares prossegue em direção ao zero.

A diminuição na força norteamericana ao patamar mínimo de dissuasão exige que os Estados Unidos reconsiderem e, potencialmente, retirem a garantia de segurança global positiva, uma vez que esta não pode ser mantida apenas com uma força de dissuasão mínima de verdade. Os Estados Unidos provavelmente podem reduzir o arsenal até certo grau, sem desencadear efeitos de primeira ordem ou de proliferação em cadeia, mas não está bem claro o que seria esse efeito. Além

disso, desconhecemos a reação dos países que não portam armas nucleares, caso fossem confrontados com as seguintes opções: se a) os Estados Unidos passam por grande redução de armas nucleares, ou b) continuam a reter as garantias de segurança.

De todos os custos de adoção de postura de dissuasão mínima, a possível redução do poder coercível norteamericano seria o mais elevado. Mesmo a percepção de redução em poder de coerção disponível contra o Irã comparado à mal sucedida campanha de não-proliferação dos Estados Unidos empregada contra a Coreia do Norte seria desagradável para a América. Qualquer dissuasão em níveis mínimos na era pós-Guerra Fria continua incerta porque quase não existe precedente histórico. Os *objetivos de honra* intangíveis, relacionados a princípios não aplicáveis às culturas ocidentais, mas predominantes nas origens da guerra através de séculos de conflito, podem vir a ser mais tangíveis em um mundo cada vez mais diversificado.⁸⁰

Certamente, os estados sem armas nucleares possuem argumento válido de que, para serem eficazes, a redução de armas deve ser tanto irreversível como comprovada. Em contraste, as reduções, de acordo com o *SORT* são reversíveis. Não obstante, com o desarmamento transparente (se os passos iniciais de desarmamento forem bem recebidos pelo foro internacional) as reduções poderiam, em hipótese, ocorrer de forma comprovada e irreversível. Porém, dada a natureza inerente à incerteza internacional, não devemos subestimar a dificuldade em se prever necessidades de segurança futuras, na prática, com o grau de confiança necessário para reduções irreversíveis.⁸¹

A Nova Tríade interpretada no Estudo de Revisão de Postura Nuclear [*Nuclear Posture Review*] de 2002 não mais especifica as diferentes opções de lançamento. Com sua inigualável capacidade de sobrevivência e habilidade de acomodar uma força operacional de até 1.000 ogivas, a frota de submarinos de mísseis balísticos norteamericana seria colocada em campo como a única opção em dissuasão nuclear.⁸² No entanto, à medida que diminui a variedade de modelos de ogivas, bem como

as opções de lançamento, o impacto de latente falha em determinado sistema aumenta.⁸³ Em hipótese, esses problemas seriam atenuados pela manutenção de pequeno número de cada um dentre grande variedade de sistemas de armas. Entretanto, o custo de manutenção e infraestrutura por ogiva torna tal diretriz exorbitante.

Em suma, como comenta o General Butler, apesar do risco ser grande de que a adoção de postura de dissuasão mínima, acompanhada da norma de não ser o primeiro país a utilizar a opção nuclear, possa não resultar em todos os benefícios desejados, pelo menos existe a possibilidade de ser mais uma etapa ao longo do caminho percorrido pelo Presidente Obama rumo à eliminação total.⁸⁴ Além disso, a redução reversível inicial conteria o custo do fracasso sem incorrer em grau permanente de risco para a segurança dos Estados Unidos além do atual.

Conclusão

A análise deste artigo revela três objetivos estratégicos norte-americanos subjacentes: reduzir o volume global de material nuclear no mundo, eliminar a proliferação e melhorar a estabilidade regional. A manutenção do *status quo* é contrária a todas as três. Por outro lado, desde que os arsenais nucleares não diminuam a ponto de desencadear uma corrida armamentista nuclear instável, uma redução do arsenal norte-americano contribuiria diretamente ao primeiro desses objetivos e, em potencial, indiretamente aos outros dois. Contudo, *desnuclearizar* a um patamar intermediário, manter a credibilidade e incorrer em riscos mínimos à segurança interna resultaria em possível aumento de proliferação em regiões que causam maior preocupação aos Estados Unidos. Tal possibilidade clama pela promoção do aumento de confiança internacional, a fim de administrar e conter esse risco. Além disso, os níveis intermediários de força exigidos devem ser determinados de forma objetiva, avaliando as necessidades de dissuasão pós-Guerra Fria e não devem ser deturpados por avaliações relativas fraudulen-

tas aferidas, utilizando critérios obsoletos de emprego de níveis de força da Guerra Fria.

Tais reduções de arsenal baseiam-se na suposição de que os Estados Unidos não irão intervir com armas nucleares em conflito regional. Ao adotar tal suposição como diretriz declarada, elimina-se qualquer ambiguidade de intento, gerando quatro benefícios diretos.

Primeiro, o apoio à postura de dissuasão mínima.

Segundo, o aumento da garantia de segurança negativa dos Estados Unidos, contribuindo ao segundo objetivo que é conter a proliferação.

Terceiro, a contribuição positiva à melhoria da estabilidade regional que é o objetivo estratégico mais difícil de realizar diretamente e, até agora sem solução.

Quarto, um passo positivo a completa *desnuclearização* global, contribuindo à confiança internacional que deve necessariamente acompanhar qualquer desarmamento.

O maior risco individual deste curso de ação é que a retirada da garantia explícita de segurança positiva dos Estados Unidos, como o *quid pro quo* da *desnuclearização* resultaria em proliferação no mundo desenvolvido e em regiões de “interesse imediato.” As nações abrigadas pela atual cobertura nuclear norte-americana devem perceber que a *desnuclearização* dos países de posse de armas nucleares é incompatível com a manutenção das garantias nucleares para com os aliados. Esse é o fato principal entre as inferências do desarmamento nuclear e necessita ser objeto de debate informado, aberto e inteligente para atingir consenso internacional e fornecer a garantia implícita necessária para evitar a precipitação de proliferação internacional ou de instabilidade regional.

Assim, conclui-se que os Estados Unidos devem tomar três ações simultâneas: reduzir o arsenal nuclear ao ponto objetivamente determinado, necessário à dissuasão mínima; pronunciar-se inequivocamente, declarando que não serão os primeiros a utilizar armas nucleares; e articular claramente as justificativas subjacentes para essas ações. Embora tais medidas sejam exemplares para os Estados Unidos como grande potência responsável, o

país ingressaria em território desconhecido, se, ao gerenciar os riscos associados à segurança, trocarmos, ainda que temporariamente, a transparência pela reversibilidade. Esses três

passos talvez sejam ousados, mas se desejarem manter a posição de primazia em liderança mundial, não devem deixar escapar a oportunidade. □

Notas

1. O Tratado de Moscou é também conhecido como o Tratado de Reduções Ofensivas Estratégicas (SORT). O Tratado prevê reduções entre 1.700 e 2.200 ogivas nucleares estratégicas destacadas em campo até o final de 2012. “Strategic Offensive Reductions Treaty and Joint Statement,” *Arms Control Today* 32, no. 5 (june 2002), http://www.armscontrol.org/act/2002_06/docjune02.asp (acessado em 9 de abril de 2009). Entretanto, não exige a destruição ou desmontagem dessas ogivas — devem somente ser redesignadas de “fora de uso”, permitindo, assim, sua presença em arsenais nacionais. Amy F. Woolf, *U.S. Nuclear Weapons: Changes in Policy and Force Structure*, CRS Report for Congress RL31623 (Washington, DC: Congressional Research Service, 12 January 2007), 25–26, http://www.fcnl.org/pdfs/nuclear/CRS_US_Nuclear_Weapons-Changes_in_Policy_and_Force_Structure.pdf (acessado em 9 de abril de 2009).

2. “Nuclear Posture Review [Excerpts],” *GlobalSecurity.org*, <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/policy/dod/npr.htm> (acessado em 8 de março de 2009); e comentários de J. D. Crouch, Secretário de Defesa Assistente para diretrizes de segurança internacional, em Philipp C. Bleek, “Nuclear Posture Review Released, Stresses Flexible Force Planning,” *Arms Control Today* 32, no. 1 (January/February 2002): 28–29, http://www.armscontrol.org/act/2002_01-02/nprjanfeb02 (acessado em 10 de julho de 2009).

3. “Nuclear Posture Review [Extratos].”

4. “Observações do President Barack Obama, na Praça de Hradcany, Praga, República Tcheca,” *White House*, http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-By-President-Barack-Obama-In-Prague-As-Delivered/ (acessado em 10 de julho de 2009).

5. Embora este artigo e conclusões refiram-se principalmente ao ambiente estratégico, a ameaça que as armas nucleares táticas representam exigiria avaliação a parte. Ambos devem ser considerados como um todo, antes da formulação de propostas de execução.

6. Roger Molander, RAND Corporation, entrevista com o autor, 2 abril 2008.

7. Union of Concerned Scientists, *Toward True Security: Ten Steps the Next President Should Take to Transform U.S. Nuclear Weapons Policy* (Cambridge, MA: Union of Concerned Scientists, February 2008), 2, <http://www.ucsusa.org/assets/documents/nwgs/toward-true-security.pdf> (acessado em 12 de agosto de 2009).

8. Kenneth N. Waltz, *The Spread of Nuclear Weapons: More May Be Better*, Adelphi Paper no. 171 (London: International Institute for Strategic Studies, 1981), 7; e Scott D. Sagan e Kenneth N. Waltz, *The Spread of Nuclear Weapons: A Debate Renewed; with New Sections on India and Pakistan, Terrorism, and Missile Defense*, 2nd ed. (New York: Norton, 2003), 15.

9. *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: White House, setembro 2002), [segunda página da apresentação do President Bush], <http://merln.ndu.edu/whitepapers/USnss2002.pdf> (acessado em 10 de julho de 2009).

10. *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: White House, March 2006), 18, <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/nss.pdf> (acessado em 10 de julho de 2009).

11. Graham Allison, “How to Stop Nuclear Terror,” *Foreign Affairs* 83, no. 1 (January/February 2004): 66. O índice de apreensão criminal sugerida por Allison é corroborado por vários jornais, referentes à tentativa de roubo e contrabando de países da Europa Oriental como a Eslováquia, Hungria, Rússia e Sérvia. O Presidente Obama, por sua vez, articula a intenção de institucionalizar a Iniciativa de Segurança contra a Proliferação. “Homeland Security and Counterterrorism,” *White House*, http://www.whitehouse.gov/agenda/homeland_security/#prevent-nuclear-terrorism (acessado em 8 de abril de 2009).

12. Hans Kristensen, Federation of American Scientists, entrevistado pelo autor, 1 de abril de 2008.

13. Robert A. Manning, Ronald Montaperto, e Brad Roberts, *China, Nuclear Weapons, and Arms Control: A Preliminary Assessment* (New York: Council on Foreign Relations, 2000), 3, 31, <http://www.cfr.org/content/publications/attachments/china.pdf> (acessado em 12 de agosto de 2009).

14. *Ibid.*, 5; e Jing-dong Yuan, “Effective, Reliable, and Credible: China’s Nuclear Modernization,” *Nonproliferation Review* 14, no. 2 (July 2007): 279.

15. Manning, Montaperto, e Roberts, *China, Nuclear Weapons, and Arms Control*, 3–4.

16. *Ibid.*, 3.

17. *National Security Strategy* (2002), 13–14.

18. Mark Fitzpatrick, “Iran and North Korea: The Proliferation Nexus,” *Survival* 48, no. 1 (Spring 2006): 69, <http://www.informaworld.com/smpp/fuinterface~content=a741397430~fulltext=713240930> (acessado em 14 de julho de 2009).

19. Stephen J. Cimbala, "Nuclear Weapons in the Twenty-first Century: From Simplicity to Complexity," *Defense and Security Analysis* 21, no. 3 (September 2005): 270, <http://www.informaworld.com/smpp/ftinterface~content=a746295131~fulltext=713240930> (acessado em 14 de julho de 2009).

20. Ambassador Ronald F. Lehman II, *Deterrence, Denuclearization, and Proliferation: Alternative Visions of the Next Fifty Years* (Livermore, CA: Lawrence Livermore National Laboratory, 1994), 15, <http://www.osti.gov/bridge/servlets/purl/10151254-4yGrcw/native/10151254.pdf> (acessado em 12 de agosto de 2009).

21. Ibid.

22. O NPT reconhece apenas os Estados Unidos, a Rússia, a China, o Reino Unido e a França como NWS; todos os outros países são NNWS de fato para fins e duração do tratado, já prorrogado por tempo indeterminado. United Nations, "The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)," 1968, Article IX, <http://www.un.org/events/npt2005/npttreaty.html> (acessado em 10 de abril de 2009). A garantia de segurança positiva dos NWS estende o compromisso de dissuasão nuclear para qualquer NNWS se forem ameaçados ou atacados com armas nucleares. United Nations, "Resolution 255 (1968) of June 19 1968," <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/248/36/IMG/NR024836.pdf?OpenElement> (acessado em 27 de janeiro de 2008). Embora a aplicabilidade dessa garantia ter sido reforçada em 1995 para excluir os Estados julgados não totalmente compatíveis com as próprias obrigações do NPT, essa garantia positiva continua inalterada em 40 anos. United Nations, "Resolution 984 (1995)," <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/106/06/PDF/N9510606.pdf?OpenElement> (acessado em 27 de janeiro de 2008).

23. Rizwan Zeb, "David Versus Goliath? Pakistan's Nuclear Doctrine: Motivations, Principles and Future," *Defense and Security Analysis* 22, no. 4 (December 2006): 389.

24. Lehman, *Deterrence, Denuclearization, and Proliferation*, 13.

25. Dalia Dassa Kaye e Frederic M. Wehrey, "A Nuclear Iran: The Reactions of Neighbours," *Survival* 49, no. 2 (Summer 2007): 111, <http://www.informaworld.com/smpp/ftinterface~content=a779310491~fulltext=713240930> (acessado em 14 de julho de 2009).

26. Sidney D. Drell e James E. Goodby, *What Are Nuclear Weapons For? Recommendations for Restructuring U.S. Strategic Nuclear Forces* (Washington, DC: Arms Control Association, October 2007), 10, http://www.armscontrol.org/pdf/20071104_Drell_Goodby_07_new.pdf (acessado em 10 de abril de 2009).

27. "Nuclear Posture Review [Extratos]."

28. Presidente Jacques Chirac (discurso durante a visita às Forças Marítimas e Estratégicas em Landivisiau / L'Île Longue / Brest [Finistère], France, January 19 2006), <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/france/france-060119-elysee01.htm> (acessado em 14 de julho de 2009).

29. Hans M. Kristensen, "The Role of U.S. Nuclear Weapons: New Doctrine Falls Short of Bush Pledge," *Arms Control Today* 35, no. 7 (September 2005): 14, http://www.armscontrol.org/act/2005_09/Kristensen (acessado em 14 de julho de 2009).

30. J. Peter Scoblic e Wade Boese, "Expounding Bush's Approach to U.S Nuclear Security: An Interview with John R. Bolton," *Arms Control Today* 32, no. 2 (March 2002): 5, http://www.armscontrol.org/act/2002_03/boltonmarch02 (acessado em 14 de julho de 2009).

31. "National Security and Nuclear Weapons: Maintaining Deterrence in the 21st Century: A Statement by the Secretary of Energy, Secretary of Defense and the Secretary of State, July 20, 2007," National Nuclear Security Administration, <http://www.nnsa.energy.gov/news/1238.htm> (acessado em 13 de julho de 2009).

32. Ibid.

33. Keith B. Payne, "The Nuclear Posture Review: Setting the Record Straight," *Washington Quarterly* 28, no. 3 (Summer 2005): 146, <http://www.nipp.org/Publication/Downloads/Publication%20Archive%20PDF/In%20print,%20WQ.pdf> (acessado em 13 de julho de 2009).

34. Robert G. Spulak Jr., "The Case in Favor of US Nuclear Weapons," *Parameters* 27, no. 1 (Spring 1997): 106-18, <http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/97spring/spulak.htm> (acessado em 13 de julho de 2009).

35. Woolf, *U.S. Nuclear Weapons*, 25.

36. Stephen M. Younger, *Nuclear Weapons in the Twenty-first Century* (Los Alamos, NM: Los Alamos National Laboratory, 27 June 2000), 13, <http://www.fcml.org/issues/arm/sup/nukwpsn21stcent.pdf> (acessado em 17 de janeiro de 2008).

37. I. C. Oelrich, *Sizing Post-Cold War Nuclear Forces*, Institute for Defense Analyses Paper P-3650 (Alexandria, VA: Institute for Defense Analyses, October 2001), 42, <http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/doctrine/szngnuclearforces.pdf> (acessado em 13 de julho de 2009).

38. James Doyle, "Strategy for a New Nuclear Age," *Nonproliferation Review* 13, no. 1 (March 2006): 100.

39. Gabinete do Sub-Secretário de Defesa- Aquisições e Tecnologia, *Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Deterrence* (Washington, DC: Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition and Technology, October 1998); e Gabinete do Sub-Secretário de Defesa- Aquisições, Tecnologia e Logística, *Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Capabilities: Report Summary* (Washington, DC: Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology, and Logistics, December 2006), 5.

40. Esta relação foi descrita de várias maneiras. Oelrich considera o modelo de dissuasão como produto de “consequências multiplicado pela probabilidade”. Ver Oelrich, *Sizing Post-Cold War Nuclear Forces*, 27.

41. Paul H. Nitze, “Is It Time to Junk our Nukes? The New World Disorder Makes Them Obsolete,” *Washington Post*, January 16 1994; ver também Dennis M. Gormley, “Silent Retreat: The Future of U.S. Nuclear Weapons,” *Nonproliferation Review* 14, no. 2 (July 2007): 185.

42. Robert S. McNamara, “Apocalypse Soon,” *Foreign Policy*, no. 148 (May/June 2005): 32.

43. *Ibid.*, 34.

44. Kurt Gottfried, “President Bush’s Nuclear Weapons Policy: Illogical, Ineffective and Dangerous,” Union of Concerned Scientists, 22 January 2003, http://www.ucsusa.org/nuclear_weapons_and_global_security/nuclear_weapons/policy_issues/president-bush-nuclear.html (acessado em 17 de janeiro de 2008); ver também “New Nuclear Policies, New Weapons, New Dangers,” Strategic Arms Control Policy Fact Sheet, Arms Control Association, April 2003, <http://www.armscontrol.org/factsheets/newnuclearweaponsissuebrief.asp> (acessado em 17 de janeiro de 2008).

45. Miles A. Pomper, “Is There a Role for Nuclear Weapons Today?” *Arms Control Today* 35, no. 6 (july/august 2005): 8, http://www.armscontrol.org/act/2005_07-08/views; e Ivan Oelrich, Federation of American Scientists, entrevistado pelo autor, 1 de abril de 2008. John Pike sugere, no entanto, que foi precisamente a ausência de familiaridade com o procedimento da postura de alerta elevado que permitiu a ocorrência do incidente de transferência nuclear de Minot-Barksdale em agosto de 2007. Pike, *GlobalSecurity.org*, entrevistado pelo autor, 31 de março de 2008.

46. A. Fitzpatrick and I. Oelrich, *The Stockpile Stewardship Program: Fifteen Years On* (Washington, DC: Federation of American Scientists, April 2007), 58–60, http://www.fas.org/2007/nuke/Stockpile_Stewardship_Paper.pdf (acessado em 13 de julho de 2009).

47. “Nuclear Posture Review [Excerpts].”

48. Gabinete do Sub-Secretário de Defesa – Aquisições, Tecnologia e Logística, *Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Capabilities*, 2.

49. “Homeland Security and Counterterrorism.”

50. Pomper, “Is There a Role?” 10.

51. Gormley, “Silent Retreat,” 200.

52. General Lee Butler (discurso, National Press Club, Washington, DC, 4 December 1996), http://www.wagingpeace.org/articles/1996/12/04_butler_abolition-speech.htm (acessado em 13 de julho de 2009).

53. Donald MacKenzie e Graham Spinardi, “Tacit Knowledge, Weapons Design, and the Invention of Nuclear Weapons,” *American Journal of Sociology* 101, no. 1 (July 1995): 44. O Presidente Clinton foi o primeiro líder nacional a assinar o Comprehensive Test Ban Treaty

(CTBT), em 1996, mas o Senado recusou-se a ratificá-lo. A ratificação norte-americana, juntamente com a de 43 outras nações, é necessária para o CTBT entrar em vigor. “Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty Signatories/Ratifiers,” Fact Sheet, Bureau of Arms Control, US Department of State, 15 November 2000, <http://www.state.gov/www/global/arms/factsheets/wmd/nuclear/ctbt/ctbtsigs.html> (acessado em 11 de abril de 2009).

54. *Report of the Canberra Commission on the Elimination of Nuclear Weapons* (Washington, DC: Governo da Austrália, Gabinete de Relações Públicas, Embaixada da Austrália, 14 de agosto de 1996), “Executive Summary,” 1, <http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA338651&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf> (acessado em 30 de novembro de 2007).

55. Roger W. Barnett, *Asymmetrical Warfare: Today’s Challenge to U.S. Military Power*, 1st ed. (Washington, DC: Brassey’s, 2003), 102–10.

56. Pomper, “Is There a Role?” 7.

57. Lehman, *Deterrence, Denuclearization, and Proliferation*, 18.

58. Ford apresentou esse critério em discurso para o grupo de estudos “Preparing for 2010: Getting the Process Right” em Annecy, França, em 17 de março de 2007. Ver US Department of State, “Achieving and Sustaining Nuclear Weapons Elimination,” Working Paper Submitted by the United States of America, 3 May 2007, <http://www.state.gov/documents/organization/123255.pdf> (acessado em 1 de fevereiro de 2008).

59. George Lee Butler, “The General’s Bombshell: What Happened When I Called for Phasing Out the U.S. Nuclear Arsenal,” *Washington Post*, January 12 1997, <http://www.fas.org/news/usa/1997/01/msg00014a.htm> (acessado em 14 de julho de 2009).

60. Keith B. Payne, “The Truth about Nuclear Disarmament” (Washington, DC: National Institute for Public Policy, 1996), http://www.nipp.org/National%20Institute%20Press/Archives/Publication%20Archive%20PDF/op%20cd%2012_96.pdf (acessado em 8 de abril de 2009).

61. Barry Schneider, diretor, US Air Force Counterproliferation Center, entrevistado pelo autor, 16 de janeiro de 2008. Mr. Schneider cunhou essa frase.

62. Michael Quinlan, “Abolishing Nuclear Armories: Policy or Pipedream?” *Survival* 49, no. 4 (Winter 2007/2008): 12, <http://www.informaworld.com/smpp/finterface~content=a783988403~fulltext=713240930> (acessado em 14 de julho de 2009).

63. Daryl Kimball, Federation of American Scientists, entrevistado pelo autor, 1 de abril de 2008.

64. *Ibid.*

65. Gabinete do Sub-Secretário de Defesa – Aquisições, Tecnologia e Logística, *Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Capabilities*, 2–3.

66. Hans Kristensen observa, de forma interessante, que a mudança de papel das armas nucleares dos Estados

Unidos de dissuasão nuclear para dissuasão de WMD ocorreu sem aviso prévio, quase da noite para o dia e sem consulta, após o final da Guerra Fria. Kristensen, em entrevista.

67. Quinlan, “Abolishing Nuclear Armouries: Policy or Pipedream?” 11; e Edward Ifft, “Deterrence, Blackmail, Friendly Persuasion,” *Defense and Security Analysis* 23, no. 3 (September 2007): 251, <http://www.informaworld.com/smpp/section?content=a782126382&fulltext=713240928> (acessado em 14 de julho de 2009).

68. Oelrich, em entrevista.

69. Ibid.; e Kristensen, em entrevista.

70. Oelrich, *Sizing Post-Cold War Nuclear Forces*, 1.

71. C. Paul Robinson, “A White Paper: Pursuing a New Nuclear Weapons Policy for the 21st Century” (Albuquerque, NM: Sandia National Laboratories, 22 March 2001), <http://sandia.gov/media/whitepaper/2001-04-Robinson.htm> (acessado em 31 de janeiro de 2008).

72. Kenneth N. Waltz, “Nuclear Myths and Political Realities,” *American Political Science Review* 84, no. 3 (September 1990): 740.

73. Daryl Kimball calcula a demanda de armas nucleares estratégicas “em poucas centenas, do ponto de vista militar.” Kimball, em entrevista. Da mesma forma, James Doyle sugere, embora sem justificativa notável, o número “talvez de 200–400 ogivas nucleares de diferentes características.” Doyle, “Strategy for a New Nuclear Age,” 96.

74. Kimball, em entrevista; e Molander, em entrevista. E, ainda, esse ponto de vista também é proposto pela Union of Concerned Scientists, *Toward True Security*, 18.

75. John Deutch, “A Nuclear Posture for Today,” *Foreign Affairs* 84, no. 1 (January/February 2005): 49.

76. McGeorge Bundy, William J. Crowe Jr., e Sidney Drell, “Reducing Nuclear Danger,” *Foreign Affairs* 72, no. 2 (Spring 1993): 143.

77. “Parsing the Nuclear Posture Review,” *Arms Control Today* 32, no. 2 (March 2002): 20, http://www.armscontrol.org/act/2002_03/panelmarch02 (acessado em 14 de julho de 2009).

78. Woolf, *U.S. Nuclear Weapons*, 43.

79. Doyle, “Strategy for a New Nuclear Age,” 102.

80. Payne, “Nuclear Posture Review,” 139–40.

81. National Institute for Public Policy, *Rationale and Requirements for U.S. Nuclear Forces and Arms Control*, vol. 1, *Executive Report* (Fairfax, VA: National Institute for Public Policy, January 2001), 10–13, <http://www.nipp.org/National%20Institute%20Press/Archives/Publication%20Archive%20PDF/volume%201%20complete.pdf> (acessado em 12 de agosto de 2009).

82. Gormley, “Silent Retreat,” 200.

83. Younger, *Nuclear Weapons in the Twenty-first Century*, 13–14.

84. Butler, “General’s Bombshell.”



Capitão Tim D. Q. Below O Capitão de Grupo Below possui Bacharelado da *University of Durham*, Inglaterra, Mestrado do *King’s College*, Londres, Inglaterra, Mestrado em *Airpower Art and Science-MAAS* da *School of Advanced Air and Space Studies*, *Air University*, Base Aérea Maxwell, Alabama. Recebeu a comissão da Real Força Aérea em 1986. Foi piloto de *C-130 Hercules* no *47 Squadron* durante operações e mais tarde comandante de aeronaves no *LXX Squadron*. Fluente em Francês, formado pela *École du Personnel Navigant d’Essais et de Réception*, como piloto de provas, França, 1997. Serviu na Guerra do Golfo e comandou o *Heavy Aircraft Test Squadron* no *Aircraft Test and Evaluation Centre*, Boscombe Down, Inglaterra de 2003 a 2007. Possui mais de 4.000 horas de voo, inclusive 1.400 em posição de comando. Atualmente é piloto de provas chefe para o Ministério de Defesa do Reino Unido.